

Sesion 5.3 – Pobreza y Vulnerabilidad Social: aproximaciones conceptuales y medición en la última década en América Latina

Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras*

Lilia Montali[♦]; Luiz Henrique Lessa^{*}

Resumo

A questão da pobreza tem sido um dos principais temas na agenda pública da política brasileira e integra compromisso do governo brasileiro com as Metas do Milênio (PNUD ONU, 2000). A pobreza aqui entendida como resultante de carências múltiplas vem se reduzindo enquanto resultado de um conjunto de políticas sociais. Dentre estas merece destaque a política de recuperação do salário mínimo e a política de transferência condicionada de renda, que abrange um conjunto de ações através do Programa Brasil Sem Miséria.

O objeto desta proposta é interrogar se a mobilidade de renda observada a partir de 2004 (período que em se inicia a retomada do crescimento econômico no país e também a ampliação e aperfeiçoamento das políticas de combate à pobreza) é acompanhada de melhora em algumas das dimensões que possibilitam a elevação da condição de vida da população nas regiões metropolitanas e de mudanças que permitam a discussão de mobilidade social.

A análise tem por foco as regiões metropolitanas brasileiras e privilegia como eixos o nível educacional e as formas de inserção no mercado de trabalho, bem como indicadores de qualificação profissional. A dimensão da mudança demográfica também contribui para a elevação da renda no período. Constata que entre 2001 e 2012 há uma mobilidade de renda - considerando-se os decís de renda per capita domiciliar - quando parcelas da população metropolitana se desloca dos dois primeiros decís para os subsequentes. A investigação se baseia nos microdados da série PNAD-IBGE 2001-2012.

Introdução

A pobreza e a permanência de elevados índices de desigualdade social têm se mostrado como temas relevantes da agenda pública da política brasileira na última década. Em 2000 o Brasil aderiu às Metas do Milênio (PNUD ONU, 2000), juntamente com os demais 190 países membros da ONU, documento este que estabelece medidas e metas que deverão ser atingidas até 2015 para se reduzir a extrema pobreza e a fome, promover a igualdade entre os sexos, além de erradicar doenças que matam milhões, entre outros.

A pobreza entendida como resultante de carências múltiplas vem se reduzindo enquanto resultado de um conjunto de políticas sociais, a desigualdade também apresenta tendência

* Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

♦ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP e Pesquisadora do CNPq, lilia@nepp.unicamp.br.

* Pesquisador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP, luizhlessa@gmail.com.

declinante, ainda que se mantenha em níveis elevados¹. Estudos mostram que nas últimas quatro décadas alterou-se o perfil da pobreza, considerando-se os locais de residência.

Dentre as políticas sociais recentes com maior impacto sobre a redução da pobreza e da desigualdade na primeira década do século XXI, merecem destaque as política de recuperação do salário mínimo, as medidas para a recuperação do emprego e a política de transferência condicionada de renda, que abrange um conjunto de ações através do Programa Brasil Sem Miséria.

Indaga-se neste ensaio se a mobilidade de renda observada a partir de 2004 - período que em se inicia a retomada do crescimento econômico no país e também a ampliação e aperfeiçoamento das políticas de combate à pobreza -, é acompanhada de melhora em algumas das dimensões que possibilitam a elevação da condição de vida da população nas regiões metropolitanas e de mudanças que permitam a discussão de mobilidade social.

A análise tem por foco as regiões metropolitanas brasileiras e privilegia como eixos o nível educacional e as formas de inserção no mercado de trabalho, bem como indicadores de qualificação profissional. Considera ainda a mudança demográfica que se reflete na estruturação das famílias, como um dos fatores a serem levados em conta na análise da elevação da renda domiciliar.

As regiões metropolitanas² brasileiras se apresentam como espaços importantes para o estudo da problemática envolvida no comportamento da pobreza e da desigualdade de renda. Porque, por um lado, agregam as principais aglomerações urbanas do país e por serem também responsáveis por cerca de 40% do PIB nacional. Por outro lado, pela permanência da elevada proporção de pobres nessas regiões (Rocha, 2003; 2010; 2013) e pela desigualdade de renda que, embora em queda é, em média, superior à nacional (Montali; Telles; Coelho; Garcia; Lima, 2014). Deve-se ressaltar, entretanto, que as regiões metropolitanas brasileiras (RMs) evidenciam as mesmas tendências apontadas para o Brasil na literatura com relação às tendências de redução da desigualdade de renda a partir de 2004, que resultam da elevação da renda domiciliar per capita e do crescimento mais acentuado do rendimento médio dos domicílios nos decís inferiores de renda.

Este ensaio é composto por três partes. Na primeira parte são apresentadas as regiões metropolitanas brasileiras, a heterogeneidade das mesmas e justificada a escolha do agregado de regiões metropolitanas do Sul e do Nordeste, por apresentarem situações contrastantes em relação à renda domiciliar per capita. Na segunda parte, são indicadas as principais políticas sociais responsáveis pela redução da pobreza na primeira década dos anos 2000. Na última parte, é apresentada a análise comparativa dos dados da PNAD relativos ao período de 2001-2012 com o intuito de identificar as características atuais da pobreza no Brasil, considerando como indicadores a renda, o vínculo contratual de trabalho e o nível educacional.

¹ Segundo relatório da ONU de 2010, o Brasil apresenta o terceiro pior índice de desigualdade (0,56), ficando atrás apenas de países menores e menos ricos como Bolívia, Madagascar e Camarões (0,60), seguidos de Haiti, África do Sul e Tailândia com 0,5.

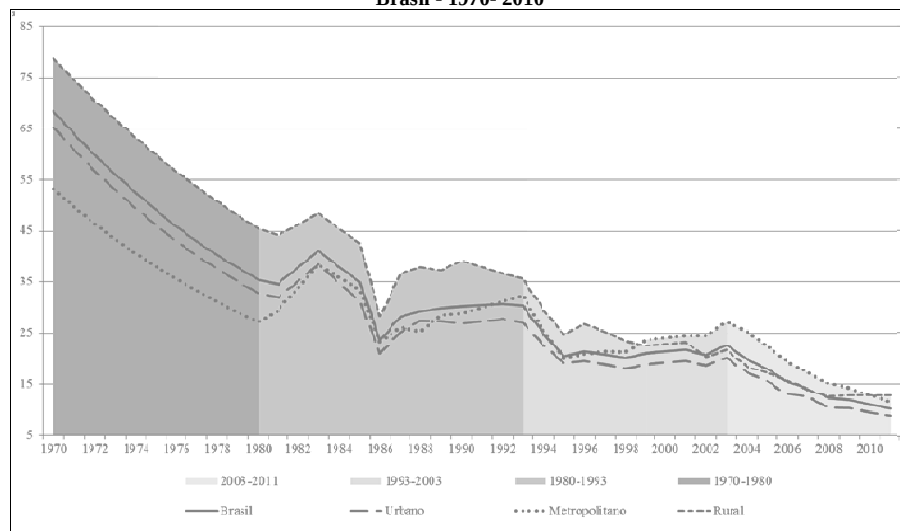
² São analisadas informações relativas ao conjunto de nove Regiões Metropolitanas Brasileiras (RMs) contempladas pelo desenho amostral das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), possibilitando a análise dos microdados (IBGE, 2009): Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo instituídas nos anos 70 e as mais importantes, e o Distrito Federal (DF), ainda que no Brasil existam 35 regiões metropolitanas oficialmente instituídas.

1. Desigualdade de renda nas metrópoles brasileiras

A análise da primeira década do século XXI evidencia com mais clareza, a partir de 2004, a tendência de redução da desigualdade de renda para as regiões metropolitanas e, tendo por referência o Índice de Gini, queda menos acentuada que a observada para o país. Por outro lado, evidencia a manutenção de elevada proporção de pobres nessas regiões.

Em análise de longo prazo sobre pobreza no Brasil, feita por Rocha (2013), a Autora mostra que entre 1970 e 2011 ocorre tendência de redução do número absoluto de pobres e de redução sustentada da pobreza que se apresenta como tendência desde 1997³. Mostra ainda que se altera o perfil da pobreza, que deixa de ser predominantemente rural para se tornar mais elevada nas áreas metropolitana e urbana. O Brasil de 1970 apresentava elevada proporção de população rural (45%), bem como elevada prevalência de pobreza e torna-se predominantemente urbano e metropolitano. Outra tendência relevante apontada é a convergência da proporção de pobres segundo os locais de residência. Durante o período referido se dá a redução da pobreza rural provocada por diversos fatores, desde mudanças no processo produtivo, como medidas de políticas públicas, com destaque para a ampliação da previdência rural. Por outro lado, observa-se o aumento da pobreza metropolitana a partir das décadas de 80 e 90, períodos de baixo crescimento econômico e migração em direção às regiões metropolitanas da região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro); segundo a Autora os momentos de crise econômica destas duas décadas de baixo crescimento afetaram de forma mais aguda as metrópoles primazes de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse período, segundo Rocha (2013) ocorre a “metropolização da pobreza”, quando a proporção de pobres nos espaços metropolitanos passa de 29% em 1981, para 32% em 1993 (Gráfico 1).

Gráfico 1
Proporção de pobres segundo estrato de residência (%)
Brasil - 1970- 2010



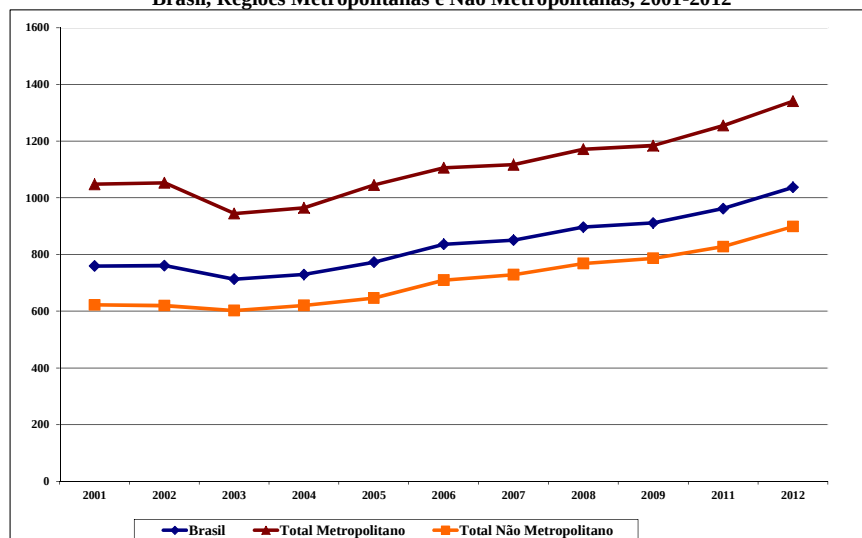
Fonte: PNAD, elaboração de Rocha, apud Rocha, 2013, p.21.

³ A metodologia para medir a pobreza utilizada por Rocha constroi linhas de pobreza baseadas no custo de cesta de consumo diferenciada por áreas de residência e por região; pode ser encontrada em Rocha, 2003.

Análise da proporção de pobres segundo área de residência entre 2004 e 2008, período de expansão da economia e de implementação de políticas sociais de combate à pobreza (Rocha, 2010), mostra que a proporção de pobres cai de forma sustentada em todas as áreas de residência por ela analisadas, quais sejam, metropolitana, urbana e rural⁴. Entretanto, é menor a queda no estrato metropolitano, que se mantém apresentando a maior proporção de pobres em sua população, ou seja, esta passa de 38,8% em 2004 para cerca de 27% em 2008, enquanto na população brasileira essa proporção cai de 33,3% para 22,8% (Rocha, 2010). Entretanto, a autora alerta para a heterogeneidade das regiões metropolitanas brasileiras e para seu comportamento na recente retomada do crescimento econômico.

Ainda merece destaque que a renda per capita domiciliar média das regiões metropolitanas é mais elevada que a média do país que a renda per capita domiciliar média das áreas não metropolitanas (Gráfico 2). Além de ser mais elevada, a evolução da renda domiciliar per capita metropolitana revela as oscilações mais acentuadas de queda durante o período de baixo crescimento da economia e de empobrecimento experimentadas nas décadas anteriores e dos impactos da reestruturação produtiva, especialmente a partir dos anos 90 que se refletem nos menores valores em 2003. Nota-se também que, para o total metropolitano, a elevação da renda é mais rápida nos anos de recuperação a partir de 2004.

Gráfico 2
Rendimento domiciliar per capita médio
Brasil, Regiões Metropolitanas e Não Metropolitanas, 2001-2012



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2012.

Elaboração NEPP/UNICAMP.

Valores atualizados para 2012 (INPC).

(1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas e o Distrito Federal.

⁴ Segundo Rocha (2010), a evolução da proporção de pobres entre 2004 e 2008 para a população brasileira é de 33,3 para 22,8; para as áreas metropolitanas cai de 38,8% para 27,1%; para as urbanas: de 29,6% para 19,9%; para as rurais cai de 35,4% para 24,3%.

As áreas metropolitanas brasileiras foram afetadas com mais intensidade pelo processo de reestruturação produtiva e organizacional do que as áreas urbanas não metropolitanas e as áreas rurais. Esse processo que se intensifica a partir de 1990 no país, atuou de forma diferenciada entre as regiões metropolitanas, relacionada à organização das atividades econômicas em cada uma delas. Associada ao baixo ritmo de crescimento da economia, a reestruturação produtiva elevou o patamar de desemprego e implicou em crescente precarização das relações de trabalho com redução do assalariamento regulamentado e aumento de vinculações menos protegidas, como trabalho autônomo e assalariamento sem registro, dentre outras formas. Nesse período se acentuou o empobrecimento nessas regiões. A partir de 2004 inicia-se a recuperação econômica, ampliam-se o emprego e as contratações regulamentadas, e elevação gradual nos rendimentos dos ocupados e nos rendimentos familiares (Montali, 2008).

Tabela 2
Rendimento domiciliar per capita mediano e médio
Brasil e Regiões Metropolitanas, 2001-2012

	Valores em reais				Índice de Gini			
	2001	2004	2009	2012	2001	2004	2009	2012
Brasil	758,9	728,6	910,6	1036,3	0,5939	0,5705	0,5401	0,5277
Total Metropolitano	1047,4	964,5	1183,5	1340,7	.	.	.	.
RM Belém	631,3	601,8	712,8	833,3	0,5845	0,5416	0,5122	0,5213
RM Fortaleza	655,5	601,8	754,8	805,3	0,6321	0,5999	0,5542	0,5217
RM Recife	682,5	645,8	790,1	816,1	0,6215	0,6269	0,5676	0,5431
RM Salvador	788,4	657,6	967,8	1080,3	0,6216	0,588	0,58	0,5613
RM Belo Horizonte	868,8	876,3	1193,3	1419,3	0,5584	0,556	0,5303	0,5244
RM Rio de Janeiro	1115,9	1.076,60	1313,5	1340,3	0,5719	0,5555	0,5563	0,5428
RM São Paulo	1166,3	1.011,80	1198,1	1485,2	0,5679	0,5424	0,5142	0,5067
RM Curitiba	1091,5	1.106,60	1310	1420,2	0,5615	0,5635	0,5052	0,4804
RM Porto Alegre	1192	1.095,00	1236,3	1421,9	0,5625	0,5377	0,5126	0,5083
Distrito Federal	1453,2	1.416,60	1995,4	2012,9	0,6203	0,6256	0,619	0,5822

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Índice de Gini: elaboração RIPS A – IDB- Brasil-2012- Site Ministério da Saúde.

Valores atualizados para 2012 (INPC).

O rendimento domiciliar per capita é crescente entre 2001 e 2012, entretanto a inflexão observada no ano de 2004 reflete a conjuntura de baixo crescimento, de elevado desemprego e de deterioração do mercado de trabalho que marcou o início da primeira década do século XXI no país até o ano de 2003. Já o período entre 2004 e 2009, de maior dinamismo da economia, se expressa nos valores mais elevados do rendimento domiciliar per capita do ano de 2009, com continuidade até o ano de 2012 (Tabela 2).

Um dos indicadores da heterogeneidade existente entre as Regiões Metropolitanas – nestas incluindo o Distrito Federal (DF)– se explicita na análise da renda domiciliar per capita média. Ressalta-se que a renda domiciliar per capita do Distrito Federal (R\$ 2.012,90 em 2012) é bastante superior ao rendimento domiciliar per capita das demais regiões estudadas, e equivale a 3,2 salários mínimos vigentes⁵ (Tabela 2). Em segundo lugar, aparece a RM de São Paulo com o valor médio de R\$ 1.485,20 no mesmo ano. Seguem-se a esta as RM de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, com valores de rendimento domiciliar per capita cerca de R\$ 1.420,00, no último ano. Estas RMs do Sudeste e do Sul são as que, após o DF apresentam maiores valores médios, cerca de 2,3 salários mínimos. Por outro lado, as RMs do Norte e Nordeste apresentam os menores valores, variando entre R\$ 1.080,00, ou, 1,7 SM (Salvador) e R\$ 816,00, ou, 1,3 SM (Recife).

⁵ O valor do salário mínimo (SM) vigente em 2012 é de R\$ 622,00.

O Índice de Gini⁶ evidencia a tendência de redução da desigualdade entre 2001 e 2012 tanto para o país, como para as regiões metropolitanas brasileiras. Considerando-se o período entre 2001 e 2012, a queda da desigualdade de renda foi da ordem de 11% para o país e de 7,5% entre 2004 e 2012 (Tabela 2). Entretanto, para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras a queda foi menor para ambos os períodos indicados. Apenas três entre as 9 RM e o Distrito Federal apresentam redução da desigualdade maior que a observada para o país, são elas RM de Fortaleza e Recife, na região Nordeste e de Curitiba, na região Sul.

As disparidades de renda e as características do desenvolvimento regional definiram a escolha deste ensaio em detalhar a análise para dois conjuntos correspondendo às regiões metropolitanas do Sul (Curitiba e Porto Alegre) dentre os níveis mais elevados de rendimento domiciliar per capita e com menor desigualdade de renda e às regiões metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife, Salvador) com valores menores de rendimento domiciliar per capita e indicador de desigualdade de renda superior ou semelhante ao nacional. Procura-se identificar distinções entre estes dois conjuntos de regiões metropolitanas nas tendências da mobilidade de renda e nas características da pobreza.

2. Salário Mínimo e as políticas sociais de transferência de renda: efeitos sobre a diminuição da desigualdade de renda.

2.1. A importância do Salário Mínimo

Nos anos da década de 2000, período em que ocorre a recuperação do salário mínimo, se estabelece um debate e há concordância entre diversos analistas que o aumento do salário mínimo tem impacto nas remunerações pagas, com maior ênfase nas remunerações em torno de valor do SM – mas com efeitos que alcançam remunerações mais elevadas, ainda que com uma intensidade menor. Por outro lado, a política de recuperação do valor real do salário mínimo, se reflete no sistema previdenciário e se discute sobre a importância do Salário Mínimo como uma política pública capaz de mitigar a desigualdade de renda no país⁷. A Constituição Federal de 1988 instituiu mudanças que ampliaram o alcance do salário mínimo. Além de servir como um instrumento regulador das remunerações no mercado de trabalho, o salário mínimo foi adotado como piso para uma série de benefícios sociais, dentre os quais os pisos previdenciários urbano e rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O salário mínimo foi instituído no Brasil, em 1936, por meio da Lei nº 185⁸ e foi um dos direitos trabalhistas estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho⁹. Desde a criação do salário mínimo é possível identificar cinco momentos que refletem as principais mudanças no seu valor real, como mostra o Gráfico 3. No período que vai da criação do salário mínimo em 1940 até início dos 50, não há novos reajustes, o que leva a uma queda do seu valor. Num segundo momento, há uma tendência de crescimento que vai até o Golpe Militar de 1964. A partir de então, ele sofre uma queda acentuada, mas que se estabiliza em 67 e que dura até a

⁶ O Índice de Gini mede a desigualdade de renda, e seu valor quanto mais próximo de 1, indica maior desigualdade e quanto menor, indica menor desigualdade de renda.

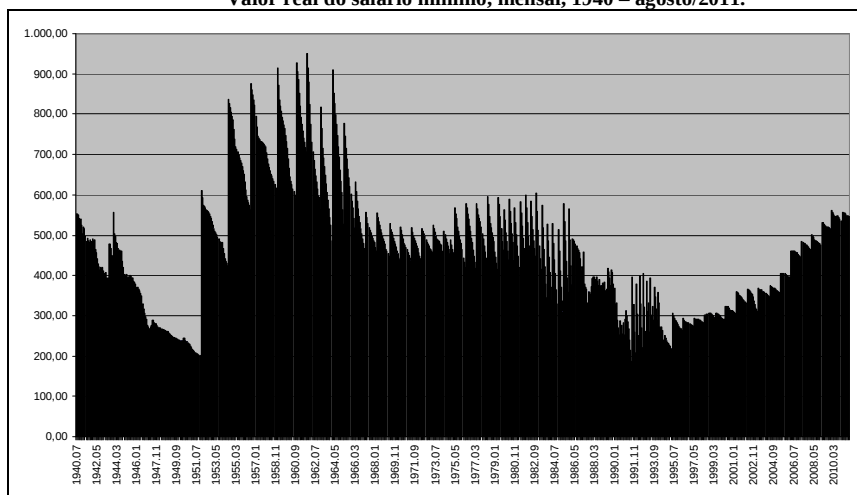
⁷ Sistematização do debate Salário Mínimo pode ser encontrado em Montali, e outros, 2012, capítulo 2.

⁸ <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=21191> Acesso em dezembro de 2011.

⁹ O Salário Mínimo (SM) é definido como: “A contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (Brasil, Lei nº 5.452, 1 de maio de 1943). Entretanto, após a implementação, o salário mínimo atuou no sentido de fixar um custo mínimo para a reprodução da força de trabalho brasileira.

crise econômica do início dos anos 80. Durante esta década, a inflação corrói ainda mais seu valor real, que só volta a crescer a partir de 1995, devido à estabilidade da moeda e à redução da inflação, obtida a partir do plano Real e por diversas políticas de estabilização subsequentes a este.

Gráfico 3
Valor real do salário mínimo, mensal, 1940 – agosto/2011.



Fonte: IPEADATA. (Apud, Montali e outros, 2012).

A atual política de valorização do salário mínimo estabelecida pelo governo federal, respondeu a reivindicação de movimento articulado em 2004 pelas Centrais Sindicais, que visava fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo acerca da importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Também como resultado dessas negociações, foi acordado uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Segundo nota do Dieese (Dieese, 2010), o salário mínimo teve um aumento real de 53,7% durante o governo Lula (abril de 2003 a janeiro de 2010) e cerca de 46,1 milhões de pessoas tem rendimentos referenciados no salário mínimo. Apenas isso já bastaria para justificar a importância e valorização de sua manutenção enquanto política pública de regulamentação do mercado, mesmo que aproximadamente metade dos trabalhadores brasileiros se encontre na informalidade. As análises do IPEA indicam que as famílias que tiveram uma mudança efetiva de sua condição de extrema pobreza ou pobreza foram aquelas que tiveram dentre seus membros, alguém que conseguiu um emprego regulamentado neste período ou que tinham algum familiar que recebesse benefícios sociais, como o BPC, no valor de um salário mínimo (IPEA, 2007).

2.2. Os programas de transferência de renda e o objetivo de erradicação da pobreza

Os atuais programas de transferência de renda no Brasil tem suas origens na década de noventa. As medidas neoliberais implementadas tanto no Brasil, como nos demais países da América Latina, por um lado provocaram profundas mudanças no mercado de trabalho e deterioração do emprego e empobrecimento massivo dos trabalhadores, por outro, no caso brasileiro, interferiram nos direitos sociais que deveriam ser garantidos sob a égide da Constituição Brasileira de 1988. Segundo Anete B. L. Ivo (2011), o caminho encontrado

Formatted: Font color: Auto

pelos governantes foi uma tendência de restrição dos custos da “seguridade social de perspectiva universalista e inclusiva para a assistência focalizada sobre aqueles em situação de pobreza e pobreza extrema, com base na gestão dos mínimos sociais”.

Nesse contexto, surgem no Brasil diversos programas de auxílio focalizados nos setores mais vulneráveis da população, ainda no período do governo de Fernando Henrique Cardoso. No âmbito federal foram instituídos, em 1996, dois programas o BPC (Benefício de Prestação Continuada) ¹⁰ e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) em 1996. Em 1995, são implementados, no âmbito municipal, programas de transferência de renda de forma pioneira em Campinas e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo e Brasília (DF) seguidos por outros municípios em diversos estados brasileiros. O sucesso dessas experiências levaram o governo federal a criar em 1997 o Programa Federal de Garantia de Renda Mínima que consistia no co-financiamento de até 50% dos programas instituídos nos municípios que não tivessem recursos suficientes. Por ter como critério de seleção os municípios que tivessem baixo IDH, era difícil conseguir municípios que tivessem capacidade e disposição de financiar a contrapartida exigida. Por esse motivo o governo federal criou em 2001 o Programa Nacional Bolsa Escola, cujo objetivo era garantir que a totalidade da população de 7 a 14 anos tivesse acesso à escola, mediante a concessão de uma bolsa complementar, até o limite máximo de três crianças por família. O cadastramento das famílias e das crianças era de responsabilidade das prefeituras municipais, que também se comprometiam a desenvolver atividades socioeducativas em horário complementar às aulas, sem receber qualquer repasse financeiro do Governo Federal.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva a rede de assistência social herdada do governo Fernando Henrique Cardoso foi ampliada tanto em relação ao seu volume de gastos em programas de transferência de renda quanto ao número de beneficiários.

Em 2003, foi criado o Programa Bolsa-Família, o que representou um esforço do governo federal em unificar, integrar e ampliar a experiência dos programas sociais anteriores, através de um cadastro único dos beneficiários formulado pelo MDS e aplicado pelas prefeituras dos municípios. Segundo Fonseca e Roquete, 2005, os fundamentos inovadores do Programa Bolsa-Família em relação aos demais programas residem em quatro aspectos: 1- a *família* como unidade básica receptora dos benefícios e do cumprimento das condicionalidades. 2- a *inclusão prioritária dos membros das famílias* em programas e políticas que permitam uma saída do programa. 3- a *descentralização pactuada* com os estados e municípios da federação. 4- o *Cadastro Único* dos programas Sociais como ferramenta de planejamento e controle dos cadastrados no programa (Fonseca, Roquete, 2005, p.133). O principal objetivo do programa reside na mitigação da pobreza, porém seus programas complementares, a exigência do cumprimento das condicionalidades e as ações focalizadas geram inúmeras consequências positivas, tais como: criação de possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares; incentivo ao desenvolvimento local dos territórios; prioridade assegurada aos mais pobres; estabelecimento e busca do princípio de equidade; aumento da eficiência e a efetividade do uso dos recursos; unificação, ampliação e racionalização dos programas de transferência de renda.

¹⁰ O PETI é uma transferência monetária direta às famílias com crianças em trabalho infantil, vinculada à participação em atividades complementares à jornada escolar. BPC é uma transferência monetária no valor de um salário mínimo nacional, destinado a idosos acima de 65 anos e a portadores de deficiência, em famílias com rendimento domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo e trata-se de um direito constitucional.

Os estudos realizados a partir dos dados da PNAD mostram que o programa Bolsa-Família obteve sucesso quanto a sua capacidade de focalizar suas ações nos estratos mais vulneráveis da população brasileira. Desde a implementação do programa, em 2004, diversas pesquisas tem registrado uma melhoria nas condições de vida dos setores mais pobres da população, com redução de desigualdades sociais e aumento de renda, embora inconclusivas na afirmação acerca da existência de uma tendência permanente de redução da pobreza no país. Segundo o informe do IPEA (IPEA, 2011), no período de 2004-2009, a pobreza e a extrema pobreza tornaram-se cada vez menos determinadas pelo baixo valor do rendimento *per capita* dos membros da família e cada vez mais determinados pela exclusão desses membros do mercado de trabalho, sugerindo que o Bolsa-família e demais programas, como o BPC, tem sua eficácia melhorada em associação com a renda oriunda do trabalho.

Nesse sentido, as políticas públicas que permitem a criação e incentivo de empregos regulamentados, tais como a qualificação profissional e o aumento do salário mínimo são fatores importantes para que se acelere a saída das famílias do programa, tornando-as emancipadas economicamente. Algumas iniciativas foram tentadas para perseguir esses objetivos, embora sem sucesso, como é o caso do programa Primeiro Emprego, que foi extinto pelo governo federal quatro anos depois de seu anúncio. Segundo estudo de Sergei Soares “Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004” apontado por Weissheimer, 2010, o programa foi responsável por um terço da queda na desigualdade no Brasil, logo no início de sua criação e impactou diretamente na melhoria da nutrição infantil e também, de modo indireto, na redução do trabalho infantil. “O Bolsa-família foi responsável por um terço da queda na desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2004. O mercado de trabalho teria sido o responsável pelos outros dois terços de queda na desigualdade, segundo estudo realizado pelo IPEA em 2006. De acordo com a pesquisa, a desigualdade caiu por ano em média 0,7 pontos percentuais do Índice de Gini” (Weissheimer, 2010).

Considerando que a pobreza é um fenômeno multidimensional, o governo Dilma Rousseff lançou em junho de 2011 o Programa Brasil Sem Miséria, que visa identificar e combater a extrema-pobreza no Brasil, cuja concentração é mais elevada principalmente nas áreas rurais do Norte e Nordeste. Este programa apresenta um conjunto de medidas que não considera exclusivamente o critério de transferência de renda como instrumento de combate a pobreza. Segundo informe do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2012, p.6), o programa visa retirar a população extremamente pobre de sua condição, rompendo o círculo vicioso da exclusão social, que segundo o Censo de 2010, era cerca de 16 milhões de pessoas: “A insuficiência de renda é um relevante indicador de privações, mas não é o único. Fatores sociais, geográficos e biológicos multiplicam ou reduzem o impacto exercido pelos rendimentos sobre cada indivíduo. Entre os mais desfavorecidos faltam instrução, acesso à terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades”. De acordo com o informe, o objetivo do Brasil Sem Miséria é promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tomando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza e funciona na busca de três eixos específicos (MDS, 2012, p.2)¹¹: 1- Elevar a renda familiar *per capita*. 2- Ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social. 3 - Ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

¹¹ http://www.brasilemmiseria.gov.br/documentos/Cartilha_20X20.pdf Acesso em agosto de 2012.

Considera-se necessário levar em conta outros mecanismos além da simples transferência de renda que permitam uma diminuição da miséria e que ajam em conjunto com a mesma, uma vez que apenas a transferência de renda é insuficiente para promover uma estável seguridade social às famílias beneficiadas. Os dados mostram que as rendas das famílias continuam sujeitas a rotatividade dos empregos precários, aos choques econômicos e a sazonalidade da economia, mostrando que a renda familiar *per capita* dos inseridos no mercado de trabalho informal flutua continuamente, o que leva, portanto, a uma variação na dependência ou não das famílias ao programa, como aponta estudo do IPEA (2007, p.12). Em certos períodos, inclusive, é possível que alguns beneficiários tenham uma renda além dos limites de corte adotados para a concessão do benefício, mas que no momento da entrada no programa cumprissem integralmente com todos os critérios para a inclusão. Por avaliar estes aspectos o Programa Brasil Sem Miséria incluiu a possibilidade de desligamento voluntário do programa com retorno garantido no prazo de 3 anos; dessa forma permite que em caso de perda do emprego, a família possa retornar imediatamente ao Programa Bolsa-Família.

3. Mobilidade de Renda no período de 2004 a 2012¹²

A partir do período que se inicia em 2004 até 2009 (ano da crise financeira), o Brasil retoma um período de crescimento econômico com aumento do emprego assalariado protegido pela legislação trabalhista; há continuidade destas tendências até 2012, embora com menor ritmo do crescimento da economia.

Como já mencionado, este ensaio interroga se a mobilidade de renda observada a partir de 2004 (período em que ocorre a retomada do crescimento econômico no país e também a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas de combate à pobreza) é acompanhada de melhora em algumas das dimensões que possibilitam a elevação da condição de vida da população nas regiões metropolitanas e de mudanças que permitam a discussão de mobilidade social. Objetiva ainda identificar as características atuais da pobreza no Brasil, com base nos recortes pobreza extrema e pobreza (1/4 de SM e 1/2 SM, respectivamente), através da análise considerando os decís da distribuição de renda.

Optou-se por utilizar como recurso para análise a distribuição por decís de renda que consiste em dividir a renda *per capita* total em grupos que variam entre os dez por cento mais pobres até os dez por cento mais ricos, obtendo com isso uma escala de distribuição de renda com dez divisões. Para este trabalho, utilizou-se a renda *per capita* domiciliar f como o critério de referência para investigar a mobilidade de renda, ainda que o objetivo desta análise seja identificar o perfil dos indivíduos que integram estes domicílios¹³. A escolha de se trabalhar com as divisões por decís de renda difere da metodologia de linhas de pobreza adotadas por Sonia Rocha, mencionadas em item anterior. Mesmo considerando-se as limitações existentes por conta da diversidade regional, foram adotados neste ensaio os mesmos cortes de renda indicativos de pobreza utilizados na formulação das políticas públicas para identificar a gravidade da pobreza e a elegibilidade dos beneficiários. Assim, considera-se nesse estudo como “extremamente-pobres” ou indigentes aqueles indivíduos em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo e como “pobres” aqueles com renda entre 1/4 e 1/2 salário mínimo, deflacionado para os valores de 2012 (R\$ 622,00 *per capita*).

¹² Uma primeira versão desta análise, para o período 2004 – 2009, pode ser encontrada em Lessa, 2012.

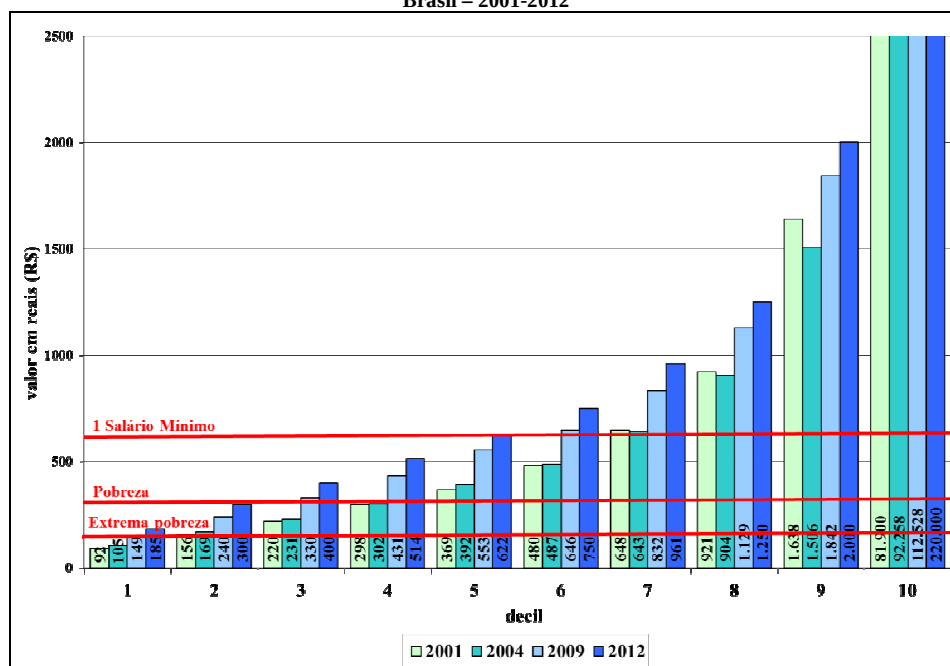
¹³ A investigação se baseia nos microdados da série PNAD-IBGE 2001-2012.

São comparadas as informações relativas ao Nordeste metropolitano e o Sul metropolitano. Optou-se por comparar duas regiões com características contrastantes em relação aos níveis de pobreza, apresentadas no item 1. A partir da mudança observada no período 2004-2012 há indícios de que, conforme há redução da incidência de pobreza (considerando-se a renda), mais caracterizada ela se torna em relação aos indicadores das demais carências.

3.1. Brasil – Indicadores de renda e pobreza

Através da análise dos valores de corte dos decis de renda *per capita* domiciliar do Brasil, é possível constatar indicações de que as proporções mais elevadas de aumento do rendimento ocorridas entre 2004 e 2009 se encontram nos decis inferiores, com crescimento cerca de 40%, enquanto que nos decis de renda mais elevados, o aumento foi de 20%, mostrando que o crescimento econômico do país no período tendeu a beneficiar os mais pobres (Lessa, 2012)¹⁴. A mesma tendência é observada até o final do período analisado.

Gráfico 4
Valor dos decis de rendimento domiciliar per capita
Brasil – 2001-2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

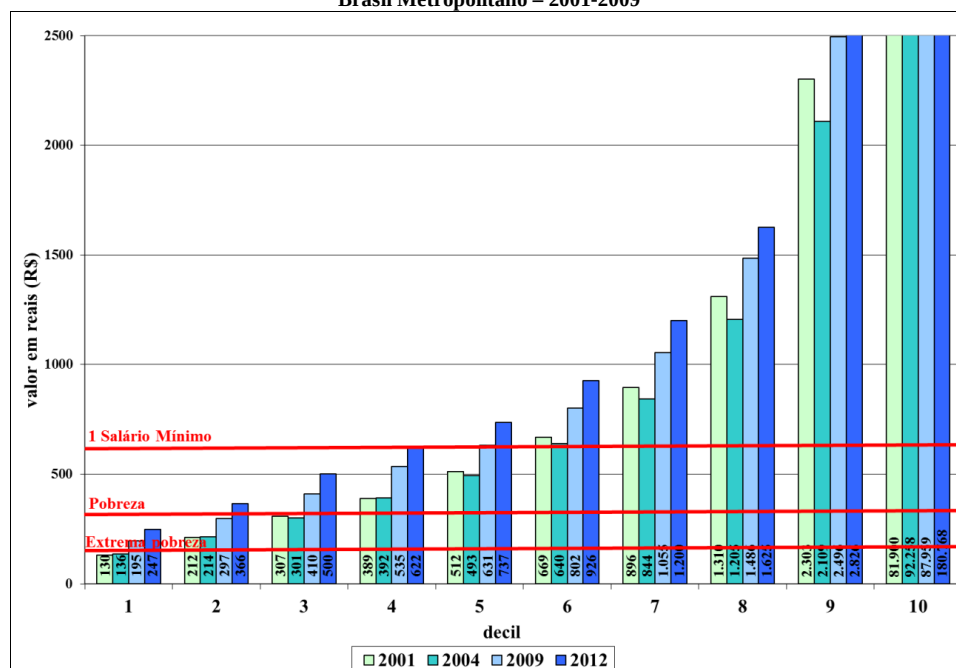
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Valores atualizados para 2012 (INPC).

¹⁴ Para uma discussão mais aprofundada acerca do crescimento pró-pobre que teria ocorrido no período, ver artigo publicado pelo Centro de Políticas Sociais da FGV em parceria com a International Poverty Centre (órgão da ONU), que define como pró-pobre o crescimento que atinge proporcionalmente os mais pobres do que não pobres. Assim, o crescimento pró-pobre diminui a desigualdade, enquanto o antipobre a aumenta (Neri, 2006).

Os Gráficos 4 e 5 apresentam a distribuição segundo cortes dos decis do rendimento *per capita* domiciliar para o total dos domicílios do Brasil e para o total dos domicílios das áreas metropolitanas brasileiras e sua análise indica mobilidade de renda¹⁵. Pode-se notar que para as áreas metropolitanas o valor de renda domiciliar per capita correspondente à pobreza (inferior a ½ salário mínimo – R\$ 311,00 *per capita* para valores de 2012) estava localizado no 4º decil, em 2001 e 2004. Assim, entende-se que em 2001 e 2004, são considerados pobres os domicílios com rendimento de até ½ salário mínimo situados no 4º decil e abaixo deste. Em 2009, o corte de rendimento correspondente à pobreza se encontrava no 3º decil nas áreas metropolitanas e também para o total da população brasileira e no 2º decil no ano de 2012 também para ambas. Estes dados indicam progressiva redução da proporção de domicílios pobres, pois estes estão cada vez mais se limitando aos primeiros decis da distribuição de renda domiciliar per capita.

Gráfico 5
Valor dos decis de rendimento domiciliar per capita (R\$)
Brasil Metropolitano – 2001-2009



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Valores atualizados para 2012 (INPC).

¹⁵ Considera-se como "extremamente-pobres" os indivíduos em domicílios com renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo (R\$ 155,50); como "pobres" aqueles com renda entre ¼ e ½ salário mínimo (R\$ 311,00) para valores deflacionado para 2012; Salário Mínimo: R\$ 622,00.

Ressalta-se que, comparativamente à população do Brasil Metropolitano, é maior a mobilidade de renda para o total da população brasileira, pois nesta os domicílios pobres (com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo), estão situados no 5º decil e abaixo deste em 2001 e 2004; e passam a estar no 3º decil em 2009 e no 2º decil em 2012.

A faixa de renda domiciliar correspondente à extrema-pobreza (inferior a $\frac{1}{4}$ de SM – R\$155,00 *per capita*) se situava no segundo decil para as regiões metropolitanas tanto em 2001 e 2004. Em 2009 e 2012 o valor de corte do primeiro decil supera o valor correspondente à extrema pobreza e restringe os domicílios nessa condição no primeiro decil (Gráfico 5). A distribuição de domicílios em extrema pobreza para o total da população do Brasil, também apresenta o mesmo comportamento quanto à sua distribuição por decis de renda (Gráfico 4). Ou seja, observam-se indicações de recuperação da renda domiciliar *per capita* e de redução dos níveis de pobreza através da análise da evolução da proporção de domicílios em situação de pobreza e de extrema pobreza segundo os decis de renda per capita média dos domicílios, considerando-se a população brasileira e a população das regiões metropolitanas brasileiras.

3.2. Nordeste Metropolitano

O crescimento econômico do Nordeste Metropolitano foi durante muito tempo influenciado pelas atividades agrícolas voltadas para à exportação. Com a decadência da economia nordestina ainda no século XIX, essas regiões que outrora foram o centro da economia colonial iniciaram um grande ciclo de decadência e, do acúmulo de riqueza, passaram a concentrar pobreza. A industrialização ocorrida no eixo sudeste só atingiu a região muito mais tardiamente e esta sempre dependeu dos investimentos estatais para se desenvolver na região, através de incentivos fiscais e financeiros, como a SUDENE. A industrialização incentivada pelo Estado e a descentralização da indústria do eixo Sudeste ocorrida nos anos recentes dinamizou a economia metropolitana Nordestina, “mas logrou quantidade de empregos líquidos inferior ao planejado,(...). Por outro lado, o setor público transformou-se no gerador privilegiado de ocupações da classe média, motivado pelos gastos em infraestrutura, em políticas sociais (expansão de todos os níveis educacionais) e na expansão das autarquias e das empresas estatais. Porém, dinamizar a economia não foi suficiente para equacionar a desigualdade social nessas localidades, intensificada com a ampliação das atividades informais e do subemprego na década de 1990, ocupações de refúgio dos trabalhadores marginalizados na frágil estrutura produtiva” (FALVO, 2011, p. 125). Dessa forma, foi somente após os anos 2000 que a região metropolitana do Nordeste registra um aumento na renda dos mais pobres devido ao crescimento econômico gerador de empregos, em concomitância às políticas de transferência de renda focalizadas do governo, reduzindo-se a desigualdade de renda.

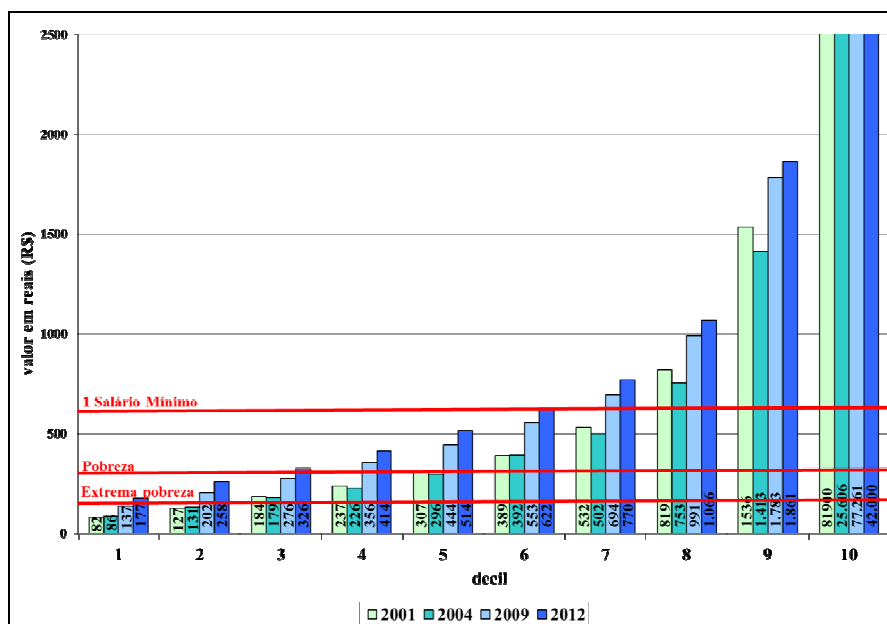
Nas regiões metropolitanas do Nordeste é bastante elevada a proporção de domicílios pobres e também há indicações de progressiva redução da proporção de domicílios nessa condição. Em 2001 e 2004, os domicílios considerados pobres (domicílios com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) estão situados entre o 5º e o 6º decis e abaixo destes, significando que metade ou mais dos domicílios dessas regiões metropolitanas se encontravam em situação de pobreza. Em 2009, o corte de rendimento correspondente à pobreza se desloca para o 4º decil e, no ano de 2012, se encontra no 3º decil, significando, neste último ano, que cerca de 30% dos domicílios regiões metropolitanas do Nordeste se encontram em situação de pobreza.

A faixa de renda domiciliar correspondente à extrema-pobreza (inferior a ¼ de SM – R\$155,00 *per capita*) se situava no 3º decil para as regiões metropolitanas do Nordeste tanto em 2001 e 2004. Em 2009 os domicílios em extrema pobreza se situavam no 2º decil e, em 2012, os domicílios nessa condição se encontram no primeiro decil (Gráfico 6). Estas informações apontam para a redução dos níveis de pobreza que, no entanto, permanece elevada.

O Gráfico 6 apresenta o valor da renda domiciliar *per capita* do Nordeste Metropolitano distribuída por decís. Chama a atenção a evolução do valor do corte dos três decís inferiores, que apresentam uma elevação da renda superior a 100% entre 2001 e 2012.

Nos anos 2001 e 2004, a faixa de renda correspondente ao valor do salário mínimo estava situada entre o 7º e 8º decis, sendo que em 2009, este valor se situava no 7º decil e, em 2012, 6º decil. Pode-se interpretar a elevação do rendimento per capita dos três decís inferiores de renda no período 2004 a 20012 como um dos efeitos das políticas de transferência de renda, bem como da ampliação das oportunidades de trabalho nos anos 2000. Por outro lado, a política de valorização do salário mínimo permitiu que aqueles domicílios que tinham a renda per capita média igual a um salário mínimo apresentassem mobilidade de renda e deixassem de se situar entre o 7º e 8º decis, do início da década, para se situarem no 6º decil no final do período analisado.

Gráfico 6
Valor dos decís de rendimento domiciliar per capita (R\$)
Regiões Metropolitanas do Nordeste – 2001-2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.
Valores atualizados para 2012 (INPC).

A análise da distribuição do perfil da PIA do Nordeste Metropolitano reflete, em 2004, a crise do emprego do início da década, bem como do aumento do emprego precário, tendências apresentadas por todos os decis e para o total da PIA nesse ano. A partir desse ano e no decorrer da década cresce a proporção de ocupados e de ocupados não precários e cai a proporção em desemprego. Nota-se, entretanto a permanência de cerca de um quarto em ocupações precárias e, entre 2004 e 2012, a taxa de inatividade cerca de 40%.

Em 2004, a PIA do primeiro decil é composta de apenas 2,4% de ocupados não precários, 26% de ocupados precários e de 21% de desempregados, bem como uma proporção de inativos de 50%. Ainda que reflita a conjuntura de crise do emprego e início da recuperação, este quadro permanece semelhante para 2009, com pequena redução da proporção de desempregados e elevação na proporção dos inativos, ambos em 3 pontos percentuais. No ano de 2012, a PIA do primeiro decil mantém perfil bastante específico, mas apresenta elevação da proporção de ocupados não precários, não ultrapassando 5%, e redução gradual da proporção dos ocupados precários; observa-se no entanto para o 1º decil a redução no total de ocupados (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição da PIA (pessoas 10 anos e mais) por situação ocupacional e condição na precariedade da ocupação segundo decis do rendimento domiciliar per capita.
Regiões Metropolitanas do Nordeste – 2001- 2012

Regiões Metropolitanas do Nordeste – 2001-2012							
	50% mais pobres					50% acima da mediana	Total
	10%	20%	30%	40%	50%		
2001							
Ocupado não precário	2,9	9,0	11,3	15,7	19,0	29	19,2
Ocupado precário	19,3	23,3	27,6	27,4	29,1	24,7	25,0
Ocupado	22,2	32,3	38,9	43,1	48,2	54	44,2
Desempregado	15,3	9,3	8,5	7,5	7,4	4,4	7,3
Inativo	62,5	58,4	52,6	49,4	44,5	42	48,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2004							
Ocupado não precário	2,4	10,8	13,9	17,0	22,4	33	22,0
Ocupado precário	25,7	27,1	29,9	29,0	30,7	25,9	27,3
Ocupado	28,1	37,9	43,9	46,0	53,1	58,7	49,4
Desempregado	21,5	14,8	12,0	11,0	8,9	6,2	10,3
Inativo	50,4	47,3	44,1	43,0	38,0	35,1	40,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2009							
Ocupado não precário	2,7	13,2	16,8	22,0	27,4	38	26,1
Ocupado precário	24,7	25,7	31,5	28,0	30,2	25	26,5
Ocupado	27,3	38,9	48,3	50,0	57,6	62	52,5
Desempregado	19,5	12,1	10,8	9,6	7,4	4	8,4
Inativo	53,1	49,0	40,9	40,5	35,0	33	39,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2012							
Ocupado não precário	5,4	15,3	19,0	25,0	30,9	39,4	28,2
Ocupado precário	18,9	24,2	24,1	26,7	27,7	24,2	24,3
Ocupado	24,3	39,5	43,2	51,8	58,6	63,7	52,5
Desempregado	16,6	10,1	8,7	7,1	5,2	3,0	6,6
Inativo	59,1	50,3	48,2	41,2	36,1	33,3	40,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP. Excluídos da análise de domicílios: pensionistas, empregados domésticos residentes

e parentes dos empregados domésticos.

A comparação dos decís inferiores de renda com aqueles acima da mediana e o total da PIA das RM do Nordeste indica, para estes, maior proporção em desemprego e em inatividade e, também menores proporções de ocupados. Observa-se, entretanto, que não são muito distintas as proporções de ocupados precários partir do segundo decil em direção aos superiores, diminuindo no decorrer da década para todos os decís. Estes indicadores apontam para a permanência nos primeiros decís de pessoas com maiores dificuldades para a inserção no mercado de trabalho

Considerando o total da PIA, no período 2004 e 2012 cresce a proporção de ocupados nas RM do Nordeste, com destaque para o aumento de ocupados não precários (6 p.p) e queda no número de desempregados (4 p.p). Ainda que as características da PIA tenham se alterado pouco no período, esses indicadores apontam para uma melhora na qualidade das ocupações.

Tabela 4
Escolaridade da população de 10 anos e mais, segundo decís do rendimento domiciliar per capita
Regiões Metropolitanas do Nordeste - 2001-2012

	50% mais pobres					50% acima da mediana	Total
	10%	20%	30%	40%	50%		
2001							
Analfabeto	20,6	16,5	14,4	12,5	11,6	6,3	11,4
Ensino Fundamental Incompleto	67,5	269,1	66,2	63,3	58,2	40,5	54,6
Ensino Fundamental Completo	3,0	2,9	3,7	4,4	5,7	3,8	3,8
Ensino Médio	8,6	11,2	15,2	19,2	23,5	33,4	23,0
Ensino superior	0,3	0,2	0,5	0,7	1,0	16,0	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2004							
Analfabeto	16,9	13,4	11,9	11,1	9,8	5,5	9,8
Ensino Fundamental Incompleto	68,1	66,4	63,1	58,0	52,1	34,7	50,6
Ensino Fundamental Completo	3,1	4,0	4,4	5,4	5,9	5,2	4,8
Ensino Médio	11,4	15,8	19,9	24,4	30,2	35,4	26,3
Ensino superior	0,4	0,4	0,8	1,0	2,0	19,2	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2012							
Analfabeto	12,4	11,4	10,7	8,9	8,4	4,8	8,1
Ensino Fundamental Incompleto	57,9	53,9	50,6	46,2	42,2	27,8	41,0
Ensino Fundamental Completo	5,5	6,3	5,6	6,1	6,1	5,6	5,8
Ensino Médio	22,3	27,1	30,9	35,4	37,5	37,0	33,1
Ensino superior	2,0	1,4	2,2	3,4	5,8	24,8	12,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos da análise de domicílios: pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

A análise da escolaridade do Nordeste Metropolitano (Tabela 4) evidencia, em relação ao primeiro decil desigualdade bastante acentuada e permanente no período 2001-2012 e uma melhora bastante tímida quanto aos indicadores educacionais. No primeiro decil, cai em 4 pp a proporção de analfabetos entre 2001 e 2004, e 4,5 pp. entre 2004 e 2012, exibindo valores

superiores a 10% nos três primeiros decís, tanto em 2004 quanto em 2012. As alterações em relação aos perfis dos 50% mais pobres são bastante tímidas, no entanto há um aumento na escolaridade para esse grupo, com aumento do Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio. No entanto, permanece extremamente elevada a proporção com ensino fundamental incompleto nos 3 decís inferiores, da ordem de mais de 50% das pessoas de 10 anos e mais, que coincide com a PIA, indicando limitações para esse segmento nas possibilidades de inserção de qualidade no mercado de trabalho e de elevação da renda domiciliar.

Em relação ao grupo com renda acima da mediana, embora caia, são ainda elevadas as proporções com ensino fundamental incompleto, cerca de 28% em 2012. No período, pode-se destacar para estes, o aumento do ensino superior, que alcança 25% em 2012, em contraste com cerca de 2% nos três primeiros decís no mesmo ano, reiterando as desigualdades educacionais no período.

3.3. Sul Metropolitano

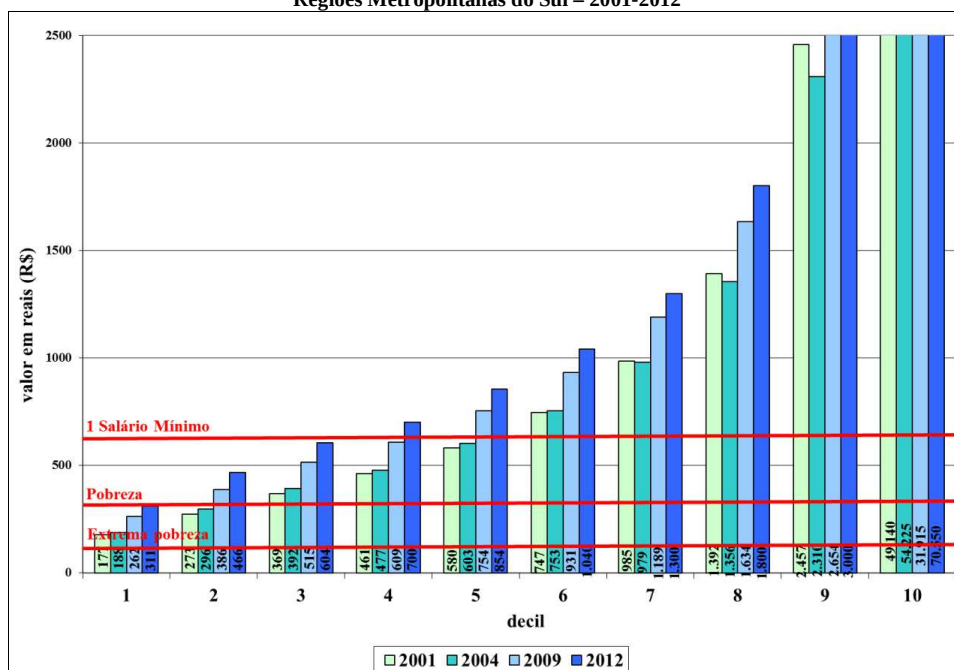
Os valores dos cortes dos decís de renda domiciliar *per capita* do Sul Metropolitano indicam menor pobreza se comparadas ao Nordeste Metropolitano. Estudo aponta para a Região Sul as maiores quedas na proporção de pobres entre 1995 e 2008 (IPEA, 2010), da ordem de 47% em relação à taxa de pobreza absoluta (rendimento domiciliar per capita de até meio SM) e 59,6% em relação à taxa de pobreza extrema (rendimento domiciliar per capita de até um quarto de SM). Segundo projeções ~~deste-desse~~ estudo, em 2016 a Região Sul poderá ser a primeira localidade do país a superar a condição de pobreza absoluta. No mesmo período a Região Nordeste poderá apresentar creca de 28% de sua população em pobreza absoluta.

Nas regiões metropolitanas do Sul há indicações de progressiva redução da proporção de domicílios pobres, pois estes estão cada vez mais limitados aos primeiros decís da distribuição de renda domiciliar per capita (Gráfico 7). Ou seja, em 2001 e 2004, os domicílios considerados pobres (domicílios com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) estão situados no 3º decil e abaixo deste. Em 2009, o corte de rendimento correspondente à pobreza se encontra no 2º decil e, no ano de 2012, se encontra no 1º decil, caminhando no mesmo sentido das projeções feitas por IPEA, 2010.

A análise da distribuição da renda domiciliar *per capita* do Sul Metropolitano por decís mostra no período, para os decís inferiores, elevação no valor de corte superior a 50%. O primeiro decil, correspondente aos 10% mais pobres, apresenta um ganho de renda de 65% no período entre os anos de 2004 e 2012 e 75% considerando-se desde 2001. Esta tendência de aumento cerca de 50% permanece até o 4º decil e diminui para pouco mais de 40% no quinto decil (Gráfico 7).

Em 2001 e 2004, a faixa de renda correspondente ao valor do salário mínimo estava situada entre o 5º e 6º decís, sendo que em 2009, este valor se situava entre o 4º e o 5º decís e, em 2012, entre os 3º e 4º decís. A política de valorização do salário mínimo permitiu que aqueles domicílios que tinham a renda per capita média igual a um salário mínimo apresentassem mobilidade de renda e também orientou a renda dos decís inferiores para cima (“efeito farol”).

Gráfico 7
Valor dos decis de rendimento domiciliar per capita
Regiões Metropolitanas do Sul – 2001-2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Valores atualizados para 2012 (INPC).

A análise da distribuição do perfil da PIA do Sul Metropolitano não apresenta mudanças acentuadas, ainda que reflita as tendências, a partir de 2004 do crescimento da proporção de ocupados e de ocupados não precários e de redução da proporção em desemprego. A taxa de inatividade também cai no período.

A análise da evolução da PIA entre 2001 e 2012 evidencia, principalmente para os primeiros decis da distribuição da renda domiciliar per capita, comparando os anos de 2004 e 2009 (Tabela 05), uma queda expressiva de ocupados precários que mantém em todos os decis de 2009 uma distribuição próxima à proporção total (24,3%), apresentando queda mais acentuada em 2012, e proporções próximas de 20%. Observa-se ainda entre estes elevação das proporções de ocupados com vinculações contratuais não precárias até 2012. Considerando-se o total da PIA, bem como os 50% acima da mediana, essas mudanças não são acentuadas.

Entretanto a PIA do primeiro decil registra uma queda de 6 p.p entre os ocupados precários entre 2004 e 2009 e de 7 p.p. entre esse ano e 2012; no período 2004 a 2012 apresenta ainda as tendências de redução do total de ocupados e elevação da proporção em inatividade. Estes dados sugerem que no período entre 2004 e 2012, em consequência da mobilidade de renda em direção aos decis superiores, permanecem nos decis inferiores as pessoas com maiores restrições para se inserirem no mercado de trabalho.

Tabela 5
Distribuição da PIA (pessoas 10 anos e mais) por situação ocupacional e condição na precariedade da
ocupação segundo decis do rendimento domiciliar per capita
Regiões Metropolitanas do Sul - 2001-2012

	50% mais pobres					50% acima da mediana	Total
	10%	20%	30%	40%	50%		
2001							
Ocupado não precário	7,0	14,8	21,1	26,1	30,4	35,7	26,9
Ocupado precário	23,6	26,1	24,3	27,5	27,2	24,7	25,1
Ocupado	30,6	40,9	45,4	53,6	57,6	60,5	52,1
Desempregado	11,7	7,3	6,5	5,7	4,4	5,7	5,2
Inativo	57,7	51,8	48,1	40,7	38,0	33,8	42,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2004							
Ocupado não precário	9,2	19,1	26,3	31,4	36,0	42	32,4
Ocupado precário	29,9	30,1	28,2	27,2	27,6	23,6	26,4
Ocupado	39,1	49,2	54,6	58,6	63,7	65,7	58,7
Desempregado	13,2	8,0	6,7	6,9	4,4	2,7	5,5
Inativo	47,7	42,8	38,7	34,5	31,9	31,5	35,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2009							
Ocupado não precário	12,1	21,5	31,1	30,7	38,8	43	34,1
Ocupado precário	23,6	23,9	25,7	23,1	26,5	24	24,3
Ocupado	35,7	45,4	56,8	53,8	65,3	67	58,3
Desempregado	14,1	8,0	5,5	4,8	3,6	2	4,9
Inativo	50,3	46,6	37,8	41,5	31,0	31	36,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2012							
Ocupado não precário	14,3	28,8	36,7	32,1	45,1	38,2	38,2
Ocupado precário	16,7	20,7	22,4	19,9	22,0	21,0	21,0
Ocupado	31,0	49,5	59,1	52,0	67,1	59,1	59,1
Desempregado	8,7	4,4	5,0	2,5	2,2	3,2	3,2
Inativo	60,3	46,2	35,9	45,5	30,8	37,6	37,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos da análise de domicílios: pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Em relação à escolaridade do Sul Metropolitano, a Tabela 6 mostra lenta mudança no perfil da escolaridade das pessoas. A queda na proporção de analfabetismo no período 2001 a 2012 pode ser considerado o elemento de melhora de maior significância (pouco menos que 5 p.p), no entanto, ainda é elevada a proporção de analfabetos entre o 1º e o 3º decil . A comparação entre o primeiro decil e o total da PIA das regiões metropolitanas do Sul revela que a proporção de analfabetos no primeiro decil é mais que o dobro maior que a média metropolitana, evidenciando a desigualdade social nesses espaços e contribuindo para explicar asrestrições para a inserção no mercado da PIA do primeiro decil de renda.

As alterações em relação aos perfis dos 50% mais pobres são bastante tímidas, no entanto há um aumento na escolaridade para esse grupo, com aumento do Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio. No entanto, permanece extremamente elevada a proporção com ensino fundamental incompleto nos 3 decís inferiores, da ordem de mais de 50% das pessoas de 10 anos e mais em 2012. Este fato, somado ao elevado nível de analfabetismo reforçam as dificuldades para esses segmentos obterem inserção de qualidade no mercado de trabalho e de elevação da renda domiciliar.

Em relação ao grupo com renda acima da mediana, embora caia, são ainda elevadas as proporções com ensino fundamental incompleto, cerca de 27% em 2012. No período, pode-se destacar para estes, o aumento do ensino superior, que alcança 33% em 2012, em contraste com cerca de 3% nos dois primeiros decís no mesmo ano, reiterando as desigualdades educacionais nas regiões metropolitanas do Sul.

Tabela 6
Escolaridade da população de 10 anos e mais, segundo decís do rendimento domiciliar per capita
Regiões Metropolitanas do Sul - 2001-2012

	50% mais pobres					50% acima da mediana	Total
	10%	20%	30%	40%	50%		
2001							
Analfabeto	24,6	18,5	14,9	10,7	11,3	4,6	11,4
Ensino Fundamental Incompleto	62,9	64,5	61,3	56,3	53,4	37,8	50,5
Ensino Fundamental Completo	4,7	5,7	6,6	8,5	7,5	5,3	5,9
Ensino Médio	7,0	10,4	15,6	22,8	24,7	29,4	21,4
Ensino superior	0,8	0,8	1,5	1,7	3,2	23,0	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2004							
Analfabeto	21,3	14,3	10,9	9,1	6,9	3,4	9,0
Ensino Fundamental Incompleto	62,6	61,8	56,7	52,4	46,7	31,4	46,1
Ensino Fundamental Completo	5,4	7,7	8,6	8,3	9,7	6,9	7,5
Ensino Médio	10,0	15,1	22,2	26,6	30,9	30,5	24,5
Ensino superior	0,7	1,1	1,6	3,6	5,7	27,9	13,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
2012							
Analfabeto	14,1	9,9	7,4	6,8	5,3	2,8	6,3
Ensino Fundamental Incompleto	59,3	53,9	47,5	52,3	42,3	27,2	41,0
Ensino Fundamental Completo	7,3	8,2	9,5	8,1	9,6	6,5	7,6
Ensino Médio	16,5	24,9	30,0	25,9	34,0	30,1	27,6
Ensino superior	2,8	3,1	5,6	6,9	8,7	33,4	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos da análise de domicílios: pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos.

Para finalizar é possível observar que o acesso aos serviços públicos urbanos apresenta progresso entre 2001 e 2012, porém, que permanece marcante a pior condição de acesso nos quatro decís inferiores de rendimento domiciliar per capita em ambos os conjuntos de regiões metropolitanas analisados (Tabelas 7 e 8).

Também em ambos os conjuntos de regiões metropolitanas e, especialmente para os 4 decís inferiores de renda é pior o acesso aos serviços de coleta de lixo e à rede coletora de esgoto, especialmente nas regiões metropolitanas do Nordeste, marcando negativamente as condições de vida destes domicílios.

Deve ser ressaltado, no entanto, que no período analisado tornou-se quase universal o acesso à água canalizada em ao menos um cômodo do domicílio e à energia elétrica, embora com

menor atendimento do acesso à água canalizada, indicando melhora substantiva nas condições de vida das populações metropolitanas e ampliando a possibilidade de acesso a bens como eletrodomésticos que permitem maximizar o uso do tempo e ampliar horizontes.

Tabela 7
Proporção de domicílios com acesso a serviços urbanos, segundo decis de rendimento domiciliar per capita (%)
Regiões Metropolitanas do Nordeste - 2004-20012

Região Metropolitana do Nordeste da Paraíba													
	Água canalizada				Rede elétrica			Coleta de lixo			Rede de esgoto		
	2001	2004	2012		2001	2004	2012	2001	2004	2012	2001	2004	2012
Decil de renda	1º	74,3	80,3	92,2	98,4	99,1	99,5	84,6	88,5	94,1	35,5	42,5	59,0
	2º	80,7	87,2	94,5	98,8	99,2	100,0	84,4	88,1	95,0	33,9	46,4	60,1
	3º	85,6	87,8	96,1	99,1	99,8	99,8	87,5	93,0	95,7	38,0	46,3	62,4
	4º	88,2	90,3	95,8	99,3	99,6	100,0	91,9	93,4	96,3	40,4	48,3	65,4
	5º	91,4	93,2	96,4	99,5	99,8	100,0	92,6	94,7	96,1	46,9	50,6	63,4
	6º	90,0	92,7	95,4	99,2	99,7	99,8	93,8	94,8	96,8	46,5	55,7	65,5
	7º	94,2	95,9	97,1	99,8	99,9	100,0	95,4	96,9	98,0	51,4	62,8	71,6
	8º	96,5	97,2	98,5	99,8	99,9	99,9	97,2	97,6	98,8	58,4	67,6	73,7
	9º	98,9	98,6	98,9	100,0	99,8	100,0	98,9	98,7	99,6	70,0	73,8	81,3
	10º	99,2	99,5	99,0	99,9	100,0	100,0	99,3	99,1	100,0	79,1	81,8	88,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Tabela 8
Proporção de domicílios com acesso a serviços urbanos, segundo decis de rendimento domiciliar per capita (%)
Regiões Metropolitanas do Sul - 2004-2012

Região Metropolitana do São Paulo - 2004-2012													
	Água canalizada				Rede elétrica			Coleta de lixo			Rede de esgoto		
	2001	2004	2012	2001	2004	2012	2001	2004	2012	2001	2004	2012	
Decil de renda	1º	90,6	93,5	98,1	96,8	98,3	99,6	92,7	93,8	97,3	58,9	65,9	77,2
	2º	96,0	97,7	98,5	99,7	99,7	100,0	96,1	96,3	98,4	68,6	69,6	81,8
	3º	97,2	97,8	98,9	99,6	99,7	99,9	96,5	96,9	98,7	70,5	73,4	83,2
	4º	97,2	98,6	99,1	99,2	100,0	99,8	95,3	98,3	98,5	72,6	81,2	81,3
	5º	98,5	98,9	99,4	99,5	99,8	100,0	97,9	99,0	98,9	78,2	82,8	84,2
	6º	97,8	99,8	99,3	99,7	99,9	100,0	97,2	98,9	99,5	79,7	82,7	87,2
	7º	98,8	99,2	98,8	99,9	100,0	100,0	98,8	98,5	98,3	83,3	84,9	86,3
	8º	99,7	99,7	99,5	99,8	100,0	100,0	99,4	98,9	99,7	89,8	88,9	89,4
	9º	99,4	99,8	100,0	100,0	99,9	100,0	99,3	99,8	99,6	90,9	92,8	93,3
	10º	99,7	99,8	99,9	99,8	100,0	100,0	99,9	99,9	99,9	95,0	94,7	96,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

4. Considerações finais

No Brasil, de forma semelhante ao que acontece em diversos países da América Latina e nos demais países emergentes, são analisados aspectos que indicam o crescimento da classe

média, ainda que com características distintas da classe média tradicional (Birdsall, 2013). Atualmente, é assunto comentado na mídia brasileira e também oficialmente reconhecida por parte de órgãos governamentais para a definição de suas políticas públicas - a “nova classe média” brasileira - que teria surgido no período recente de crescimento pelo qual atravessou o país, principalmente a partir de 2004. Segundo essas fontes, essa nova classe emergiu da pobreza e se integrou aos circuitos de consumo médio do país, frequentando escolas particulares, *shopping centers*, universidades e financiando a casa própria, trilhando, assim, o caminho da ascensão social, outrora possibilidade impensada para tal contingente de pessoas pauperizadas, cuja única preocupação se resumia à sobrevivência imediata.

Dessa forma, convencionou-se por parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), chamar de “nova classe média” todos aqueles que recebem uma renda mensal *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019,00, que é aproximadamente metade da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Este valor se situa entre 0,46 SM e 1,6 SM, considerando-se o Salário Mínimo vigente em 2012 (R\$ 622), ou seja, abarca diversos perfis ocupacionais e situações sociais. Desconsiderando as implicações que este termo trouxe para a compreensão (ou falta dela) da realidade econômica do país, é inegável que ele mais confunde do que ajuda a distinguir o que de fato aconteceu no período de crescimento.

Nas análises realizadas nesse projeto, foram escolhidas dois conjuntos de regiões metropolitanas com características contrastantes: as Regiões Metropolitanas do Nordeste e : as Regiões Metropolitanas do Sul. O primeiro conjunto concentra muito mais pobreza que o segundo, no entanto, por serem regiões metropolitanas intensamente urbanizadas, apresentam características em comum, como a densidade populacional, a complexidade econômica (variedade de serviços e empregos) e os mesmos problemas de várias regiões metropolitanas: periferias com altas concentrações de pobreza em contraste com bolsões de habitação de população de rendimentos mais elevados.

É inegável que nesse período de crescimento (2004-2009) houve aumento na renda domiciliar *per capita* domiciliar entre os grupos mais pobres da população, como ficou claro nas distribuições de renda por decis, mas não se pode afirmar que esses grupos possam fazer parte de uma suposta “nova classe média”. Embora as faixas de renda que correspondem a um valor igual ou pouco superior ao salário mínimo integrem os decis menos pobres da população, isto só reafirma a desigualdade social que continua a marcar o país como um dos mais desiguais do mundo, mesmo com a recente queda do índice de Gini.

O aumento do emprego entre as ocupações menos remuneradas foi um dos fatores de maior peso responsável pelo aumento de renda no período. No entanto, para os decis de renda mais baixos, há pouco a ser comemorado, uma vez que as taxas de desemprego e ocupações precárias são altíssimas. Segundo Marcio Pochmann, em seu livro *Nova Classe média?*, demonstra que o atual ciclo de crescimento econômico foi marcado por três fatores principais: 1) crescimento do trabalho assalariado formal e protegido por lei na base da pirâmide social brasileira 2) criação de emprego em ocupações que pagam até 1,5 salário mínimo e 3) deslocamento da dinâmica da geração de postos de trabalho da indústria (décadas de 70 e 80) para o setor de serviços (anos 90 e 2000). Dessa forma, com a valorização do salário mínimo e o aumento do emprego, permitiu-se a esse enorme contingente de trabalhadores conquistar um padrão de consumo relativamente inédito na história nacional, o que possibilitou a estes uma percepção de futuro mais positiva do que antes.

O crescimento do emprego (principalmente no setor de serviços) na base da pirâmide social brasileira no período de 2004-2009 tem a ver com um processo de desindustrialização intenso que atingiu o país principalmente a partir da década de noventa. Os setores industriais ofereciam melhor remuneração e muitos dos trabalhadores dessas indústrias faziam parte da então tradicional “classe média” da população, uma vez que para ocupar estes empregos, era necessário determinado conhecimento técnico e, portanto, exigia formação educacional mais elevada. Atualmente, estes setores médios encontram-se principalmente no setor público, ou no setor de serviços privado onde se localizam os empregos de melhor remuneração, uma vez que houve queda nos empregos gerados pela indústria. Assim, restou aos estratos mais vulneráveis da população, os empregos que oferecem menor remuneração e que exigem baixa ou nenhuma qualificação profissional, em setores tais como *telemarketing*, atendentes de comércio e terceirizados de empresas que cumprem diversas tarefas em indústrias. Este movimento que aumentou a proporção de ocupações não precárias se deve à formalização das ocupações de baixa remuneração, pois ainda que sejam mal remuneradas, as mínimas garantias e direitos oferecidas pelos empregos registrados em carteira são suficientes para garantir alguma melhora na vida dos trabalhadores que ocupam a base da pirâmide social (o direito ao auxílio desemprego é um deles, por exemplo). Dessa forma, os empregos que exigem baixa qualificação foram os que mais influenciaram a mobilidade de renda verificada no período. Assim se mantêm os “gargalos” que travam a ascensão social, sendo um exemplo o não preenchimento de vagas em empregos que oferecem melhor remuneração e exigem qualificação mais alta que a média.

A pobreza é entendida nesse trabalho como um fenômeno multidimensional, do qual a falta ou ausência de renda é apenas um de seus elementos. O aumento da renda registrado no período não foi acompanhado por melhorias substanciais em outros indicadores, como a qualidade do emprego e da educação, que são excelentes parâmetros de condição social. O progresso registrado no período de crescimento pré-crise foi pontual e há dificuldades estruturais que dificultam o avanço dos indicadores educacionais, apesar das diversas políticas de inclusão. As mudanças observadas na elevação da renda se relacionam principalmente ao crescimento econômico combinado com as políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda. Espera-se, contudo, que essas mudanças possam levar a uma alteração no ciclo intergeracional de transmissão da pobreza, isto é, na capacidade que a pobreza tem de se reproduzir entre as gerações das famílias em situação de vulnerabilidade.

A boa dinâmica econômica nacional observada entre 2004 e 2009 foi favorecida também, pela situação econômica externa, que favoreceu os produtos exportados pelo país. Isso contribuiu para uma retomada da elevação do PIB, juntamente com a ampliação do investimento e do consumo. No período após o início da crise econômica dos países desenvolvidos, embora os impactos negativos nos produtos para exportação e redução do ritmo de crescimento da economia, não foram afetados de forma profunda o mercado de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores. Conforme exposto e especialmente no referido quinquênio de crescimento, registraram-se aumento na renda dos mais pobres, mas a questão da desigualdade social permanece. Assim, ainda que a elevação da renda familiar tenha favorecido o acesso a bens e aos serviços para segmentos mais amplos da população, permanecem os hiatos de educação, moradia e saúde.

5. Referências bibliográficas

Bichir, Renata Mirandola. O Bolsa-família na Berlinda? Os Desafios atuais dos programas de transferência de renda. Novos Estudos CEBRAP (São Paulo, 2010).

Birdsall, Nancy. The middle class in developing countries – Who they are and why matter. Poverty in Focus, number 26. International Policy Centre for Inclusive Growth, em: <www.ipc-undp.org>, acesso março de 2014.

Dedecca, Claudio Salvadori. A Redução da Desigualdade no Brasil: uma Estratégia complexa. Capítulo 9, em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente (Brasília, 2006).

Dedecca, Claudio - Uma breve nota sobre a complexidade do desafio da redução da desigualdade e da pobreza segundo a Pnad 2012, em *Plataforma Política Social – Agenda para o Brasil do Século XX*, em: <www.politicassocial.net.br>, acesso março de 2014.

DIEESE. Nota técnica: Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de Janeiro de 2010. Número 28. (São Paulo, 2010).

Falvo, Josiane Fachini. Desigualdade social e Desenvolvimento no Nordeste Metropolitano: Análise das Metrôpoles de Salvador, Recife e Fortaleza no período de 1981 a 2008. Revista ABET, vol. X, n.2, Jul./Dez. 2011, p. 119 – 138.

Fonseca, Ana Maria Medeiros; e Roquete, Claudio. Proteção social e programas de transferência de renda: O Bolsa-família. Em: Viana, A. L. d'Ávila; ELIAS, Eduardo M. e Ibañez, Nelson (Org.). Proteção Social: Dilemas e Desafios. SP: Hucitec. (São Paulo, 2005).

IPEA. Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira. Comunicados IPEA nº111. (Brasília, 2011).

IPEA. Perfil da Pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. Texto para a discussão 1647. (Brasília, 2011).

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicados IPEA nº58. (Brasília, 2010).

IPEA. Programas focalizados de Transferência de Renda no Brasil: Contribuições para o Debate. Texto para a discussão nº1283. (Brasília, 2007).

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota técnica (Brasília, 2006).

Ivo, Anete B.L. Os Efeitos dos programas de transferência de renda sobre as desigualdades sociais no Brasil. XXVIII Congresso Latinoamericano de Sociologia (Pernambuco, 2011).

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Documento disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/documentos/Cartilha_20X20.pdf>.

Lessa, Luiz H. A mobilidade de renda no período de 2004 a 2009 e as tendências atuais da pobreza no Brasil. Trabalho de Iniciação Científica. Orientação Lilia Montali. CNPq. NEPP, UNICAMP (Campinas, 2012).

Montali, Lilia. Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: redução ou reprodução? In: Sánchez, E. B.; Alves, J. E. D. (Org.). Pobreza y vulnerabilidad social: enfoques y perspectivas (Serie Investigaciones): Ed. ALAP, n. 3. (Rio de Janeiro, 2008).

Montali, Lilia.; e Outros. Desigualdade e Pobreza nas Famílias Metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades, CNPq Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI nº36/2010 – Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Processo 563760/2010-9 – Relatório Final. NEPP/Unicamp (Campinas, 2012).

Montali, Lilia; Telles, Stella S.; Coelho, Rodrigo P.; Garcia, Elisiane S.; Lima, Marcelo T.. Desigualdade e Pobreza nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: políticas e seus efeitos sobre as famílias. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, Volume 3: Assistência social e territorialidades. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Brasília, 2014), em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=103>>.

Neri, Marcelo. Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro. Sumário Executivo.FGV. 2006 <<http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>>, Acesso, junho de 2014.

PNUD ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>, acesso em 11/11/2012.

Rocha, Sonia. Pobreza no Brasil.A Evolução de Longo Prazo (1970-2011). Estudos e pesquisas nº 492. XXV Fórum Nacional. O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade.(Rio de Janeiro, 2013).

ROCHA, Sonia. Crescimento, Renda e Pobreza. Como ficam os pobres? Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna. Estudos e pesquisas nº 349 XXII Fórum Nacional (Rio de Janeiro, 2010).

Rocha, Sonia. Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos? Seminário Especial: Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA. Estudos e pesquisas nº83 (Rio de Janeiro, 2004).

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.Salm, Cláudio. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Leitura Crítica, em R. Barros, M. Foguel e G. Ulyssea (orgs.), Desigualdade de Renda no Brasil: uma Análise da Queda Recente. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 279-297. (Brasília, 2007).

Viana, Ana Luiza d'Ávila e Levcovitz, Eduardo. Proteção Social: introduzindo o debate. Em: Viana, A. L. d'Ávila; Elias, Eduardo M. E Ibañez, Nelson (org.). Proteção Social: Dilemas e Desafios. (SP: Hucitec, 2005).

Vianna, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Seguridade Social e combate à Pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. Em: Proteção Social: Dilemas e Desafios. (São Paulo, Hucitec, 2005).

Weissheimer, Marco Aurélio. Bolsa Família. Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de família no Brasil. (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010).